

O Resgate da memória no contexto cultural⁸

Sérgio Mattos

Introdução

O objetivo de minha intervenção é apresentar algumas reflexões sobre a questão da memória e os contextos nos quais a cultura acontece. Não se trata de um trabalho conclusivo porque o diálogo com os teóricos e pesquisadores da área apenas está começando devido às múltiplas facetas da memória em si e da cultura como um todo.

Como diz Maurice Halbwachs (2004, p.39):

[...]para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum.

Como o debate nacional cresce em torno da necessidade de se resgatar nossa história em todos os seus níveis, considerando os contextos sócio-econômico, político e cultural, constata-se que estamos vivendo uma crise de memória porque “não existe uma memória desinteressada” e, o pior, ela pode ser manipulada (SEIXAS, 2004, p.53) por grupos de interesse que exercem o poder em determinadas épocas.

8 - Reflexão apresentada na mesa redonda: Memória e contextos culturais, durante o IV Congresso Internacional sobre Culturas, realizado em Cachoeira - BA, no período de 21 a 23 de novembro de 2018.

Estamos vivendo uma crise de memória, principalmente no que diz respeito à área cultural, porque já não reconhecemos os chamados “lugares de memória” (POLLAK, 1989), devido, em parte, à espetacularização dos acontecimentos nos ciberespaços à nossa volta. Essa espetacularização é promovida pela convergência midiática, pelos avanços da tecnologia digital e pelas redes sociais que estão influenciando a maneira como cada indivíduo passou a ver o mundo, além de ditar novos valores que estão afetando, direta e indiretamente, as nossas relações pessoais.

As nossas lembranças deixaram de ser individuais e passaram a ser lembradas pelos outros, mesmo aquelas particularidades em que estivemos envolvidos (HALBWACH, 2004). Nossas lembranças passaram a ser coletivas e nesse contexto, estabelece-se critérios sobre o que deve ser lembrado, preservado e o que deve ser esquecido (LE GOLF, 2003).

Michael Pollak (1989, 1992) pontua que as memórias passaram a ser vistas como incorporadas a uma dominação histórica, quando poder e política foram introduzidos no campo teórico, trabalhando no sentido de enquadrar a memória como elemento de coesão social:

Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornaram coisas, como e por quem são solidificados e dotados de duração e durabilidade (Ibid, p. 3-4).

No entanto, não podemos esquecer, como nos lembra Ecléa Bosi (2001, p.55), que “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir e repensar imagens de hoje, as experiências do passado.”

Diante do cenário descrito, só temos a confirmar que preservar a nossa memória cultural, o nosso patrimônio

cultural, é relevante para manter a nossa identidade nacional, de nossa sociedade e de nossas comunidades apesar do viés político que se constata de tempos em tempos de acordo com as tendências mundiais de um modo geral ou de interesses político-partidários de um modo específico.

Contextos culturais

A UNESCO define política cultural como sendo um conjunto de princípios operacionais, práticas administrativas e orçamentárias e os procedimentos que fornecem uma base para a ação cultural do Estado que busca atender a determinadas necessidade culturais utilizando-se de todos os recursos materiais e imateriais disponíveis (UNESCO, 1969, p.4).

Destaque-se que a Constituição de 1988, nos artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, além de estabelecer outras formas de preservação, a exemplo do Registro e do Inventário. Os bens culturais de natureza Imaterial são as práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modo de fazer, além das celebrações e formas de expressão artísticas.

Nos últimos 30 anos, percebe-se, no Brasil, várias mudanças nas políticas públicas referentes ao nosso patrimônio imaterial. Vários órgãos e normas específicas foram criados para a valorização desse patrimônio tanto pelo governo federal quanto pelos estaduais e municipais. As políticas adotadas são constantemente modificadas de acordo com os interesses e a percepção de quem se encontra no poder e de acordo com suas respectivas relações com o passado.

Em 2000, por exemplo, ao justificar os motivos para a assinatura do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto, que instituiu o Registro do Patrimônio Imaterial e criou o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, Francisco Weffort, então ministro da Cultura, de Fernando Henrique Cardoso, destacou que a importância do decreto seria a de “instituir obrigação pública e governamental, sobretudo de inventariar, documentar, acompanhar e apoiar a dinâmica das manifestações culturais, mecanismo fundamental para a preservação de sua memória” (BRASIL, 2003, p. 26).

Comentando e analisando esse Decreto, Elizabete Mendonça (2014) afirma:

O registro caracteriza-se como um instrumento legal que representa uma forma de valorização de referências culturais de natureza imaterial e um compromisso do Estado no sentido de documentar, produzir conhecimento e apoiar sua continuidade. Distingue-se do instrumento de tutela e acautelamento aplicado ao tombamento devido a natureza desses bens, cuja dinâmica específica não pode ser preservada nos mesmos moldes que os bens chamados de materiais.

Os bens podem ser inscritos em um ou mais Livros de Registro, a saber: dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares. Esse registro deve ser revisto a cada 10 anos pelo Iphan, pois seu caráter de inscrição é provisório. Sua manutenção depende de uma avaliação de sua continuidade histórica. De suas mudanças e resignificações. O que se pretende com essa avaliação não é ignorar a dinâmica cultural, mas verificar se os significados que basearam o registro se mantêm, caso não se mantenham o bem passa a ter apenas o título de patrimônio nacional de uma determinada época.

A partir de 2002, o governo federal adotou políticas culturais voltadas para as comunidades tradicionais, enquadrando-as como patrimônio imaterial.

No entanto, a diversidade Cultural só passou a ser debatida nos meios acadêmicos, com mais intensidade, a partir da aprovação da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural pela UNESCO, logo após o 11 de setembro de 2001. Em seguida, no ano de 2005, a UNESCO aprovou a Convenção pela Proteção da Diversidade Cultural, enfatizando a importância dos bens culturais serem considerados como patrimônio das diversas nações (MATTOS, 2012).

Foi a partir da modificação do conceito de patrimônio cultural, para uma dimensão mais ampla, que se passou a preservar tanto os monumentos históricos como a diversidade das manifestações culturais, que se acham presentes em várias de nossas comunidades regionais. Vale ressaltar que

O multiculturalismo no Brasil cuja principal característica é a miscigenação dos credos e culturas, ocorre desde a época da colonização. Essa mestiçagem cultural, no entanto, não é devidamente considerada pelos grupos de produção de conteúdos midiáticos que acabam tendendo para o estereótipo e assim contribuindo para a disseminação de preconceitos.

Nas duas últimas décadas a diversidade, pluralidade e multiplicidade cultural brasileira, vem merecendo atenção de muitos estudiosos, contribuindo para uma maior visibilidade dos problemas, das desigualdades e a maneira estereotipada como as culturas regionais são frequentemente retratadas pela mídia televisiva. É complicado e difícil quantificar a diversidade cultural brasileira e mostrar o quanto o que a televisão tem feito é ainda muito pouco, quase inexpressivo, e o que é preocupante, é que quando mostrado é feito de maneira preconceituosa. Para quantificar

isso, poderíamos, por exemplo, proceder a uma contagem do número de programas culturais de cunho regional ou identificar quais são e como são divulgadas as características de cada região pela televisão para todo o país (Ibid, p.19).

Outras modalidades de se preservar a memória de Saberes e de Lugares que têm sido intensificadas, nas últimas três décadas, são as narrativas que envolvem histórias de vida, pois as biografias se constituem em um precioso instrumento de dar voz aos esquecidos da história. Como diz Francisca Nogueira de Azevedo (2000, p.133):

Hoje a biografia é um modelo de escrita da história nitidamente definida. Há uma metodologia explicitada, na qual a biografia não se destina mais ao julgamento feito por seus autores, mas sim a uma construção relevante sobre hipóteses cujos pressupostos serão confirmados ou não. Seu objetivo fundamental é levar à compreensão da época que, como a montagem de um quebra-cabeça, pouco a pouco vai revelando o que é permanente, indicando as diferenças, permitindo perceber a realidade dos problemas sociais através do concreto de uma vida.

As questões teórico-metodológicas que envolvem a reconstrução da memória, seja individual ou coletiva, nos seus respectivos contextos, exigem reflexões sobre as mais variadas formas de ouvir, registrar e interpretar as narrativas, além da identificação dos instrumentos necessários para promover o recorte temporal. Para Teresa Malatian (2008, p.25) a construção de biografias pelo pesquisador,

[...]coloca em questão direcionamentos a serem observados desde a escolha do personagem, em função da sua atuação ou de qualidades que possam estabelecer identificações projetivas importantes. Biografar indivíduos

vivos ou não? Qual o grau de exaustão do “eu” que a biografia comporta? Como biografar sem criar “tipos”? Como biografar sem cair nos elogios ou julgamentos.

Não há muito como eludir a forma narrativa e cronológica que permite o acompanhamento da trajetória do personagem e o estabelecimento de “marcos temporais entre acontecimentos e história individual”. Constitui, portanto, característica da biografia a narrativa que deve levar em conta o recorte temporal da história de uma vida?

Assim, o contexto socioeconômico cultural e político da época deve ser considerado com o objetivo de se estabelecer os limites do período de vida do biografado e identificar as relações dele com o ambiente e com os demais integrantes da comunidade social da qual faz parte.

Do ponto de vista metodológico, a abordagem biográfico-narrativa assume a complexidade e a dificuldade em atribuir primazia ao sujeito ou à cultura no processo de construção de sentido. Ao longo de seu percurso pessoal, consciente de suas idiossincrasias, o indivíduo constrói sua identidade pessoal mobilizando referentes que estão no coletivo. Mas ao manipular esses referentes de forma pessoal e única, constrói subjetividades também únicas. Nesse sentido a abordagem biográfico-narrativa pode auxiliar na compreensão do singular/universal das histórias, memórias institucionais e formadoras dos sujeitos em seus contextos, pois revelam práticas individuais que estão inscritas na densidade da História (SOUZA, 2007, p.65-66).

Considerações finais

Para concluir, devemos considerar, como ponto relevante, que o resgate da memória individual ou coletiva, o

resgate dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares, não pode ser feito sem conflitos de valores, onde versões oficiais ou não, antagônicas por natureza, estarão competindo entre si em qualquer sociedade política. Por isso precisamos reconstruir, repensar, refazer e registrar nossas lembranças, conscientes de que, como diz Le Golf (2003), a memória além de uma conquista, caracteriza-se também como instrumento de poder.

Referências

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira. Biografia e Gênero. In: GUAZELLI, Cesar Augusto Barcellos et al. (orgs.). **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança de velhos**. São Paulo: USP, 2001.

BRASIL. MINC/IPHAN. **Carta de exposição de motivos ao presidente**. O registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da comissão e do grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Minc/IPHAN, 2003.

HALBWACH, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

LE GOLF, J. **História e memórias**. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

MALATIAN, Teresa Maria. A biografia história. **CADERNOS Cedem – Artigos**. v. 1, n. 1 (2008), p.16-31. Disponível em : <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/cedem/article/view/518>> Acesso em: 02 set. 2014.

MATTOS, Sérgio. A diversidade e o regionalismo na televisão brasileira. Bibliocom, São Paulo: **INTERCOM**, ano 4, n. 1, p. 18-28, jun. 2012.

MENDONÇA, Elizabete. **O objetivo do decreto de Registro do Patrimônio Imaterial**. 2014. Disponível em: <www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/objetivo-do-decreto-do-patrimonio-imaterial.pdf> Acesso em: 19 nov.2018.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. FGV, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. FGV, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras de história: problemas atuais. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (Orgs.). **Memória e (re)sentimentos**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora Unicamp, 2004, p.34-58.

SOUZA, Elizeu Clementino. (Auto)Biografia, História de vida e práticas de Formação. In: NASCIMENTO, A.D.; HETKRÓWSKI, T.M. (orgs.). **Memória e formação de professores** [online]. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 59-74 . Disponível em: <<http://books.scielo.org>> Acesso em: 02 set. 2014.

UNESCO. **Cultural Policy**: A preliminary study. UNESCO, Paris, 1969.